

II Ciclo 2016/2017

DATA	TÍTULO	PARTICIPANTES
2016		
29 novembro	Consentimento informado	Mónica Truninger João Baptista Dulce Freire (M)
14 dezembro	Problemas éticos na investigação com crianças e jovens	Ana Nunes de Almeida Ana Delicado Chiara Pussetti (M)
2017		
25 janeiro	Financiamento e definição da agenda científica	Pedro Magalhães Mónica Truninger João Mourato (M)
22 fevereiro	Fraude na produção científica	Sofia Marinho António Martinho Raquel Rego (M)
22 março	Questões de género em trabalho de campo	Inês Galvão Sara Merlini Anne Cova (M)
26 abril	<i>Open access</i> de bases de dados em investigação	Madalena Reis Alda Botelho Azevedo (M)

RESUMOS

Consentimento informado – 29 novembro 2016

No dia 29 de Novembro foram retomadas as sessões do Seminário Responsible Research&Innovation (RRI). O ciclo de 2016/2017 começou com uma sessão sobre “Consentimento Informado”, suscitada pelo trabalho de campo que a equipa coordenada por Mónica Truninger está a realizar com consumidores e empresas de retalho alimentar. As curtas apresentações de Mónica Truninger e de João Baptista introduziram os dilemas que estão a emergir durante o trabalho de campo. Esta pesquisa insere-se num projecto que visa comparar práticas e percepções relacionadas com a frescura dos alimentos em Portugal e no Reino Unido, tendo uma equipa em cada país. Um dos problemas decorre, precisamente, do distinto entendimento que os informantes têm de consentimento informado. Enquanto no Reino Unido este é um procedimento formal que (já) não levanta dúvidas aos consumidores e interlocutores empresariais, em Portugal provoca vários constrangimentos: assinar um documento que estipula as condições em que as entrevistas podem ser usadas provoca “estranheza” e ameaça afectar o desenrolar do trabalho de campo. Como desenvolver a pesquisa, sem comprometer o “terreno”, nem desrespeitar os princípios éticos que regem as Ciências Sociais? Combinando as práticas de pesquisa habituais em Sociologia e em Antropologia é possível obter melhores resultados no terreno? Estes foram dilemas que lançaram a discussão.

Na perspectiva em que está a ser encarado pela equipa, pelas autoridades científicas e pelos informantes do Reino Unido, o consentimento informado é um mero acto formal, que salvaguarda os direitos e deveres dos envolvidos na pesquisa. A assinatura do formulário standartizado é, habitualmente, uma acção prévia ao início das entrevistas e faz parte do (bom) relacionamento requerido pelo trabalho de campo. Tanto os objectivos do projecto, como as revistas em que se devem publicar os resultados exigem que os mesmos procedimentos sejam seguidos pela equipa portuguesa. Como em Portugal, o entendimento acerca da formalização do “consentimento informado” é diferente, equacionaram-se soluções para minimizar os impactos no conjunto da pesquisa. Neste sentido, entre outras estratégias, discutiu-se a possibilidade de apresentar o documento para assinar não no início, mas no final da entrevista. Assegurava-se que o entrevistado teria a noção mais clara do alcance das perguntas e que esse “papel estranho” não condicionaria a cumplicidade que se deve estabelecer durante a entrevista. Discutiu-se, também, a pertinência de diversificar os métodos de recolha dos dados, mitigando a centralidade das entrevistas e, assim, minimizar os impactos dos factores que as podem condicionar.

Ainda que os intervenientes no debate tenham apresentado diferentes experiências de terreno, reconheceu-se a utilidade e a necessidade de recorrer ao Consentimento Informado no quadro do projecto em curso e, mesmo, no panorama actual das Ciências Sociais. Salvaguardando que o procedimento possa ser vivamente contestado, neste caso considerou-se mais pertinente discutir vias para o reenquadrar nas condições específicas de cada contexto de pesquisa.

Dulce Freire

Problemas éticos na investigação com crianças e jovens – 14 dezembro 2017

O encontro decorreu na sala do 5.º andar, contando com a presença de 21 investigadores. Apresentaram comunicação as investigadoras Ana Nunes de Almeida e Ana Delicado.

As investigadoras abordaram os principais dilemas éticos e os desafios metodológicos e de tratamento de dados ‘a posteriori’ que surgiram nos trabalhos desenvolvidos ao abrigo de dois projetos de pesquisa (Cuidar. Culturas de Resiliência à Catástrofe entre crianças e jovens e Crianças e Internet), que identificavam como sujeitos de investigação crianças e jovens.

Emergiram questões ligadas à importância das linguagens empregues, dos contextos de interação e do impacto da figura do investigador (respeito a género, idade, classe, etc.) na relação com este grupo específico, que despertaram uma reflexão sobre o que entendemos como infância.

A partir de uma conceptualização plural de infância, foram abordadas questões relativas às diferentes capacidades, competências e interesses deste público específico, ao nível linguístico, cognitivo, emocional e disciplinar na participação ativa num projeto de alguma forma ‘imposto’ por adultos.

Foram sugeridas diversas estratégias ao nível metodológico para proteger as crianças e a relação entre estas e os investigadores do ponto de vista qualitativo, entre as quais 1. a aplicação de conceitos científicos numa linguagem apropriada às crianças e a adequação das atividades propostas na base do perfil dos sujeitos envolvidos, 2. a flexibilização dos modelos, dos contextos e dos instrumentos de pesquisa e 3. o repensamento crítico dos códigos éticos e dos formatos de manutenção do anonimato e privacidade.

Foram salientados os problemas que o pedido de consentimento informado suscita quando se trabalha com este grupo etário, sublinhando as disparidades de poder e estatuto implícitas na relação adulto/criança, os paradoxos da participação (autonomia, dar voz às crianças para que possam influenciar decisores políticos e simulacro de participação) e da proteção (consentimento informado, anonimato, reconhecimento e direitos das imagens, burocratização excessiva, proteção dos próprios investigadores, das instituições e dos entidades financiadoras, relações de poder desiguais).

Um dos aspectos que os investigadores tentaram sempre manter nas relações de investigação foi uma postura reflexiva e de diálogo permanente, tanto com as crianças como com os adultos que trabalham diretamente com elas (professores e técnicos), com o objectivo de ultrapassar as dificuldades e os limites evidenciados e de preservar os princípios éticos de respeito pela dignidade e direitos das pessoas envolvidas, confidencialidade, informação e preservação das identidades.

Chiara Pussetti

Financiamento privado e ciências sociais – 25 janeiro 2017

Pedro Magalhães (PM) fez uma descrição sucinta e abrangente do modelo de funcionamento da FFMS. Explicou como é constituída a agenda científica da FFMS, numa lógica de programação trienal estruturada em 4 eixos complementares: (i) disseminação de ciência – coleção livros FFMS; (ii) encontro anual FFMS – outreach; (iii) PORDATA; (iv) projetos de Investigação

Nestes últimos PM explicou como é constituída a criação e afinação das áreas temáticas a financiar. Como o conselho científico da FFMS (em funções em períodos trienais) produz inicialmente um position paper propondo o que deverá ser a estratégia de financiamento da FFMS. De seguida é mobilizado um debate/focus group com cerca de 80 peritos externos com vista a debater e reformular a proposta submetida. Deste focus group resulta uma proposta revista que é levada ao conjunto de curadores da FFMS que por sua vez contribuem na definição de prioridades dentro das áreas identificadas.

Daí em diante, pese embora já tenha existido uma experiência ao nível das calls – cujos custos operacionais amontavam a uma fatia substancial do orçamento da FFMS método por isso abandonado - PM informa que o que atualmente se passa é uma espécie de head-hunting em que cada coordenador de cada uma das áreas temáticas seleciona investigadores por convite para desenvolver projetos nessa mesma área de acordo com os temas/prioridades previamente identificadas.

Pontos suplementares relevantes são o facto de que a proposta para projeto é construída em diálogo (review) com o conselhos científico e um conjunto de blind-peers que são chamados a comentar e sugerir alterações às mesmas. Uma vez acordada a proposta e orçamento passa-se à execução.

Outro ponto talvez de menos conhecimento público, não há limites à submissão de candidaturas para projetos à FMMS, nem um calendário pré-definido. Ou seja, como informou PM, desde que dentro das áreas temáticas prioritárias devidamente identificadas pela FFMS qualquer investigador pode submeter uma candidatura ao conselho científico da FFMS. Existem múltiplos casos concretos de investigação financiada pela FFMS que partiram de uma destas candidaturas “não solicitadas”.

PM sublinhou também a questão do outreach e a sua centralidade na filosofia de trabalho da FFMS. Como exemplo pragmático referiu a percentagem de orçamento que em cada projeto é dedicada exclusivamente ao outreach e a forma como esta difere substancialmente entre os projetos FFMS e FCT, sendo até 3x superior nos primeiros.

PM referiu também a natureza distinta, do ponto de vista burocrático, da FFMS face à FCT. Nomeadamente no que diz respeito ao reporting, acompanhamento e gestão financeira dos projetos. A imagem que fica da descrição de PM é a de uma opção pela desburocratização processual mas com um robusto acompanhamento científico.

PM apresentou também a intenção da FFMS lançar, em breve, um estudo sobre a cultura de ciência em PT. Neste contexto, debateu-se como os grandes financiadores privados estão a alterar padrões de financiamento e áreas apoiadas, e a aumentar em número.

A intervenção da Mónica Truninger (MT) centrou-se maioritariamente na relação do ICS ULisboa com a SONAE/Continente e um grande estudo sobre padrões de consumo alimentar que foi /está a ser (?) desenvolvido em parceria com o ICS.

MT começou por sublinhar a abordagem output/outreach-oriented que o financiador demonstrou, nomeadamente via a introdução de um equipa de relações-públicas que foi propositadamente associada ao projeto. MT avaliou criticamente os obstáculos e dificuldades que esta abordagem acarretam, nomeadamente nos riscos de distorção de resultados e

prioridades no processo de investigação. Há que evitar o risco de se limitar a instituição académica a uma plataforma de produção e certificação de estudos de mercado avançados.

MT destacou também os riscos subjacentes à relação com atores que operam num ambiente comercial com recursos e dinâmicas muito distintas do meio académico. MT ilustrou com o exemplo da sessão de apresentação de resultados do acima referido projeto em parceria com a SONAE/Continente. Quer pela liderança do processo quer pela forma como o mesmo foi publicitado e enquadrado em termos de marketing e media, a presença do parceiro académico, neste caso o ICS, esteve em risco de ser totalmente secundarizada.

MT sublinhou também a necessidade da negociação preliminar sobre a questão da propriedade intelectual dos dados. Note-se aqui a intervenção da Dulce Freire em que referiu um caso de um projeto financiado pela GALP (?) findo o qual o financiador não concordando com os resultados obtidos se opôs à publicação dos mesmos. E que neste caso os investigadores ICS envolvidos optaram, após consulta jurídica, pela publicação na imprensa de ciências sociais dos resultados em causa. Vanessa Cunha interveio e sublinhou semelhante problema num projeto em parceria com a UNICEF.

MT reforçou a questão da extrema necessidade de estabelecer desde logo uma relação contratualizada com o financiador no que diz respeito à propriedade intelectual dos resultados da investigação realizada.

Sumário

A questão do financiamento privado é fundamental, e urge debate suplementar. O mecenato científico em Portugal tem vindo a aumentar e é desejável que assim se mantenha. Assim será legítimo pensar que a relação entre financiador e investigador necessita de crescente clarificação e regulação

Sobrepondo as intervenções de PM e MT sobressaem, a meu ver, dois pontos-chave comuns e que merecem reflexão posterior:

1. Outreach – Comunicação de Ciência

Há um desequilíbrio fundamental entre financiadores públicos e privados no que diz respeito à percentagem do financiamento de um projeto que deve ser alocada à comunicação de ciência / outreach. O financiamento privado reforça substancialmente esta dimensão ao invés do financiamento público.

Podemos intuir que tal advém de uma maior necessidade de mostrar valor-acrescentado sobre o financiamento alocado à investigação. É então natural questionar então porque não poderá a FCT adoptar semelhante lógica de ação?

Podemos pensar que como principal obstáculo, num cenário de recursos escassos sem aumento de financiamento, possa vir a diminuir o número de projetos financiados ou, mantendo-se o número de projetos financiado, que tal seja feito às custas de outras dimensões do projeto de investigação, por ex. recursos humanos.

Contudo, como principal mais-valia há que sublinhar a questão do impacto da ciência social. Como reforçar o valor social da mesma, o reconhecimento social da mesma, em suma o contributo e visibilidade da mesma?

A dimensão de exposição mediática e de comunicação de ciência dirigida ao grande público é fundamental para o consolidar da atividade científica enquanto pilar relevante no contexto societal em que nos inserimos.

Costuma-se dizer não nos identificamos com os que não conhecemos, pois a questão que aqui se coloca é como esperar reconhecimento social da nossa atividade científica sem promover

comunicacionalmente uma maior proximidade com os cidadãos que, via as suas contribuições fiscais, nos financiam.

2. Contratualização

O segundo ponto partilhado por PM e MT prende-se com a questão da contratualização. Este ponto é fundamental na regulação da relação entre financiador e investigador.

Ambas as intervenções sublinharam inequivocamente a necessidade de transparência ao nível da determinação da propriedade intelectual dos dados resultantes da investigação contratualizada e suas aplicações. É também necessário discutir que mecanismos de proteção deve/ pode o investigador ter caso haja, por assim dizer, uma quebra de contrato.

João Mourato

Fraude na produção científica – 22 fevereiro 2017

Sofia Marinho começou por apresentar o caso de que foi vítima em 2016. Um colega que assistira a uma conferência com interesse para a sua área de trabalho partilhou com ela slides de uma comunicação oral aí apresentada. A Sofia veio a reconhecer nos slides o uso de excertos de entrevistas que tinha feito para a sua tese de doutoramento sem aparentemente haver qualquer referência à fonte e, além disso, com alteração do nome e sexo dos entrevistados. O autor da comunicação é uma professora associada da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra e investigadora do CES, portanto alguém experiente e com responsabilidades, que se veio a descobrir não fez alusão à tese da Sofia e tinha de resto já usado o material noutra comunicação. Os procedimentos seguintes envolveram a consulta de António Martinho e do Diretor do ICS-ULisboa, tendo o Diretor escrito aos seus homólogos e a Sofia escrito à autora da comunicação pedindo que se retratasse publicamente. Em resposta, a autora do plágio não referiu a distorção de dados, tendo minimizado o sucedido. Os responsáveis institucionais tomaram conhecimento e Sofia Marinho considerou ser suficiente.

António Martinho estruturou a sua intervenção em três momentos. Começou por distinguir duas fases onde pode ocorrer o plágio: a fase da criação e a fase da publicação, esclarecendo também que o termo plágio não existe do ponto de vista jurídico. Assim, António Martinho afirmou que a usurpação na fase da criação científica ocorre com alguma frequência mas que merece pouca atenção no Código de Direito de Autor e Direitos Conexos, mais voltado para a fase da divulgação/publicação e que para se acautelarem os autores devem dar conta pública dos seus contributos apesar de as novas tecnologias dificultarem essa tarefa. Depois referiu que a divulgação/publicação das obras e seus usos ilícitos são já objeto de maior detalhe por parte do Código de Direito de Autor e Direitos Conexos, ainda assim, do seu ponto de vista, o Código não é claro sobre a fronteira entre o que é legal e ilegal. Por fim, deu conta de alguns casos ocorridos no GIS/ICS, sendo 2 no âmbito da criação, 6 na fase da divulgação/publicação e 2 ainda no âmbito académico. Os vários casos tiveram diversos desfechos e alimentaram o debate.

Ao longo do debate discutiu-se a maior importância que se dá à retratação pública em caso de plágio em detrimento de um processo jurídico, que para além de requerer recursos monetários a denúncia deve partir da vítima, por vezes em posição vulnerável no meio científico. Salientou-se também a necessidade de a comunidade científica e académica tomar conhecimento sob risco de a limitação aos superiores hierárquicos lhes permitir por exemplo usar o caso como «moeda de troca» face ao autor do plágio em outras situações.

Alguns outros exemplos foram dados: desde casos de figuras públicas com impacto na comunicação social, a alunos de programas doutorais que acabaram por ter de sair e portanto não chegaram a ser conhecidos formalmente pela instituição, passando ainda por casos de outros países como as exigências pormenorizadas de identificação de coautorias em obras em Itália.

Recomendou-se no final da sessão que, para além do Diretor, o Conselho Científico tomasse sempre conhecimento destes casos, quer quando provenientes de alguém de fora como de dentro da instituição, cabendo-lhe decidir depois como proceder. Ao mesmo tempo houve quem defendesse que se procedesse a uma regulamentação mínima de sanções e se divulgasse a regulamentação existente de modo a torná-la efetiva e com efeitos também preventivos.

O seminário RRI sobre «a fraude na produção científica» contou com 16 presenças. A intervenção de António Martinho tem um registo que pode ser divulgado se solicitado.

Raquel Rego

Questões de género em trabalho de campo – 22 março 2017

No dia 22 de Março de 2017, teve lugar na sala do 5.º andar, uma sessão intitulada « Questões de género em trabalho de campo » do Seminário Responsible Research & Innovation, contando com a presença de 14 pessoas. A moderadora começou por referir que essa sessão é realmente interdisciplinar: Antropologia, História e Sociologia. Depois apresentou a primeira interveniente, Inês Galvão que é doutoranda em Antropologia pelo ICS-ULisboa com o apoio de uma Bolsa FCT. Trabalha sobre «Conjugalidade, política de género e parentesco na Guiné Bissau» com a orientação de Ricardo Roque e de Ramón Sarró. Fez o Mestrado também no ICS-ULisboa, em 2013, em Antropologia Social e Cultural, com uma dissertação de pendor histórico intitulada «Sisal em carne viva: Poder, ciência e o problema do trabalho numa economia de plantação (Moçambique, 1930-1960)», orientada por José Sobral e Nuno Domingos. Atualmente, a pesquisa da Inês concentra-se sobre transformações nos domínios da conjugalidade, do parentesco e da política de género na Guiné-Bissau, onde fez trabalho de campo entre 2013 e 2016. A Inês falou sobre o problema da habitação durante a sua última estadia de cinco meses em África. O ponto de partida é que nem sempre uma investigação em Antropologia implica trocar de morada. Quando acontece, o lugar que se habita torna-se mais do que uma questão logística e muito mais do que um ponto de observação privilegiado para aceder aos mundos em estudo. O lugar e a forma como o habitamos determinam a colocação no terreno etnográfico (no caso, enquanto mulher jovem, solteira, branca, e estudante numa universidade europeia) e envolvem desafios que necessariamente transfiguram as interrogações que nos animam. Face à agenda académica, é essa experiência pessoal que muitas vezes se impõe como dado. Nesta intervenção, Inês problematizou a atenção dada às identidades de género nas casas onde ficou e as dúvidas que persistem quanto à relação quotidiana com as famílias com quem partilhou esses dias, em contexto de continuada precariedade económica e política. Durante o debate, muitas questões foram colocadas nomeadamente sobre a violência conjugal, o casamento forçado, as questões de segurança, de denúncia de uma situação de maus tratos e o dilema ético que se coloca.

As questões éticas estiveram também no cerne da problemática da segunda interveniente, Sara Merlini, que é também doutoranda com uma tese intitulada «(Des)fazer o género: identidades de género em Portugal e no Reino Unido», orientada por Sofia Aboim. Desde 2015, Sara é bolsista de doutoramento no Projeto «TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective» (2014-2019), projeto coordenado por Sofia Aboim e financiado pelo European Research Council. Entre 2009 e 2012, Sara foi investigadora no Observatório de Segurança Escolar do Ministério de Educação. Entre 2012 e 2014, trabalhou como assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE e no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do ISCSP. Licenciada em Sociologia e Mestre em Sociologia da Família, Educação e Política Social pelo ISCTE, Sara interessa-se por diferentes áreas e abordagens, estando atualmente centrada nas questões de género, identidade e transgressão. O tema da intervenção dela foi «Diversidade de género: algumas questões éticas na investigação». Partindo de um olhar sobre o género como um campo (à la Bourdieu), Sara apresentou algumas questões éticas relativas à investigação com pessoas transgénero – i.e. pessoas que não se identificam com o género atribuído à nascença. Existem pelo menos duas particularidades a considerar no trabalho de campo com a população transgénero. Em primeiro lugar, a sua maior sensibilidade sobre as formas de tratamento pessoal pretendidas e sobre o questionamento do seu género. Em segundo lugar, a existência de diferentes posicionamentos, por vezes antagónicos, que marcam o campo de lutas existentes em torno da definição da identidade de género. A promoção de uma relação colaborativa que permita retratar e reconhecer formas plurais de viver o género requer uma atenção reforçada dos efeitos e limitações produzidos no processo de investigação. Por um lado, exige uma reflexão

sobre a condição de alteridade (inevitável) por parte de quem investiga. Por outro lado, implica a adoção de uma postura imparcial que faça justiça aos diferentes sentidos e mundivisões existentes. Várias perguntas foram colocadas sobre os constrangimentos, a transfobia, as preocupações a ter com a população transgénero que contesta a dicotomia mulher/homem. Uma das quais foi «Até que ponto somos instrumentais ou instrumentalizados?».

Anne Cova

Open access de bases de dados em investigação – 26 abril 2017

O Seminário RRI Open access de bases de dados em investigação teve lugar no dia 26 de Abril de 2017, na sala de convívio do ICS-ULisboa, entre as 13:00 e as 14:10, contando com a presença de 8 participantes. Por motivos de força maior, Pedro Moura Ferreira, investigador auxiliar do ICS-ULisboa, não pôde estar presente e efectuar a sua apresentação. Por conseguinte, o seminário concentrou-se em torno da apresentação de Madalena Reis, Técnica Superior da Biblioteca e Arquivo de História Social do ICS-ULisboa, e respectivo debate.

A apresentação da Madalena estruturou-se em quatro eixos: definição de Acesso Aberto; políticas nacionais e internacionais sobre Acesso Aberto; ICS-ULisboa, o Acesso Aberto e a Ciência Aberta; Acesso Aberto – Tempos de mudança.

Definição de Acesso Aberto. A Madalena esclareceu o conceito como sendo a “disponibilização livre na Internet de cópias gratuitas, online, de artigos de revistas científicas revistas por pares (peer-reviewed), comunicações em conferências, bem como relatórios técnicos, teses e documentos de trabalho, capítulos de livros, monografias, etc.” (RCAAP). Foi abordada a origem o movimento do Acesso Aberto, bem como um dos marcos iniciais: a Declaração de Budapeste. Adicionalmente, a Madalena apresentou as duas vias para o Acesso Aberto: a via verde (auto-arquivo dos artigos científicos num repositório) e a via dourada (publicação em periódicos). Sobre esta questão foram esclarecidas as dúvidas colocadas pelos participantes.

Políticas nacionais e internacionais sobre Acesso Aberto. A oradora esclareceu os presentes que a FCT tem actuado em consonância com as directivas internacionais nas questões do Acesso Aberto. Salientou a relevância do papel da FCT ao introduzir, em 2014, a obrigatoriedade de depósito no RCAAP das publicações resultantes de projetos financiados por fundos públicos. A Madalena referiu ainda que, no plano legislativo, o Decreto-Lei nº115/2013 e a portaria nº 285/2015, que determinam obrigatório o depósito das teses para conferir o grau, constituíram as medidas que maior impacto surtiram em matéria do Acesso Aberto. Foi indicado que o site <http://www.ciencia-aberta.pt/> é uma fonte de informação de referência sobre as políticas de Acesso Aberto.

ICS-ULisboa, o Acesso Aberto e a Ciência Aberta. Foi explicado que, desde 2010, todas as publicações dos investigadores do ICS-ULisboa devem ser comunicadas à Biblioteca. Foi também nessa altura que se iniciou o Repositório Institucional na Universidade de Lisboa, repositório integrado no RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal que, por sua vez, comunica os seus dados ao [OpenAire \(https://www.openaire.eu\)](https://www.openaire.eu). Não obstante ser incentivada a prática do auto-depósito, a proporção de publicações inseridas por esta via continua a ser extremamente reduzida. Os participantes consideraram que este facto resulta numa sobrecarga de trabalho excessiva e desnecessária para os técnicos da biblioteca do ICS-ULisboa.

Acesso Aberto – Tempos de mudança. Segundo a Madalena, atravessamos um momento de impasse, entre pagar para aceder ou pagar para publicar. Esta é uma decisão fundamental e que

tem implicações nas negociações da B-On já para o o triénio 2019-21. Diferentes movimentos têm surgido em resposta ao procedimento das editoras, tendo sido apresentada e discutida com os participantes a iniciativa OA 2020 da Max Planck Society e as reacções discordantes com esta iniciativa, nomeadamente a da UNESCO e a da Confederação dos Repositórios de Acesso Aberto. Para Madalena, na prática, existem questões ligadas à avaliação que têm muito maior efeito, nomeadamente: a falta de monitorização da implementação da Política de Acesso Aberto da FCT em 2014; o facto das avaliações precisarem de valorizar e incentivar o acesso aberto e a necessidade de mais serviços de valor acrescentado para os autores e para os serviços de gestão de ciência da parte dos repositórios.

Para Madalena, questão que reuniu o consenso dos participantes, o facto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ter colocado a Ciência Aberta como pilar do seu projecto desencadeou um conjunto de mudanças importantes. Nas suas palavras “...agora falamos de Ciência Aberta e de uma questão que há uns anos não estava em cima da mesa deste modo: a da responsabilidade social e do retorno à sociedade do investimento que esta fez no trabalho científico. Para isto, é sempre preciso que o produto da investigação esteja acessível livremente.”

Em conclusão, o Acesso Aberto é um tema que não se esgotou num seminário RRI. Discutiui-se a pertinência de abordar matérias como o auto-depósito, a gestão do ORCID e a gestão de bases de dados em regime de Acesso Aberto, entre outras. Estes temas despertam o interesse dos investigadores mas, dada a sua complexidade, suscitam muitas dúvidas sobre procedimentos e práticas o que torna o processo de mudança para uma ciência verdadeiramente aberta sinuoso e moroso. Nesse sentido, o trabalho dos técnicos especializados do ICS-ULisboa tem sido fundamental e o seu esforço no sentido de colaborar activamente na agilização de um processo em mudança foi, pelos participantes, reconhecido e muito valorizado.

Alda Botelho Azevedo
